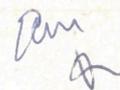


1 **ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO**  
2 **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO**  
3 **PAULO (IFSP), DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.** Ao quarto dia do mês de abril,  
4 do ano de dois mil e dezessete, realizou-se a segunda reunião ordinária do Conselho Superior  
5 (Consup) no Auditório Professor Aldo Ivo de Vincenzo, do Campus São Paulo, às treze horas,  
6 sob a presidência de Eduardo Antonio Modena, reitor e presidente do Conselho Superior, e com  
7 a presença dos conselheiros Alfredo Pisani, Filipe Cesar de Oliveira Pimentel, Francisco Rosta  
8 Filho, Thalita Di Bella Costa Monteiro, Daniel Correa Lobato, Tatyana Murer Cavalcante,  
9 Andréa Cristiane Sanches, Márcio Andrey Teixeira, Elcio da Riva Moura, Natanael Aguiar  
10 Costa, Caio Italo Marcieri Pimpinato, Renato Rafael da Silva, Alexandre Pereira Chahad,  
11 Ricardo do Santos Coelho, Ragnar Orlando Hammarstrom, Victor Mammana e o secretário  
12 Fernando Costa Klauk, tendo as ausências justificadas, os conselheiros Hélio Sales Rios, Caio  
13 Marcus Dias Flausino, Wania Tedeschi, Thais Surian. **ABERTURA DA REUNIÃO:** o  
14 presidente em exercício em exercício deu por aberta a reunião agradecendo a presença de todos,  
15 após a verificação da existência de quórum para o início das discussões: **EXPEDIENTE:**  
16 **Aprovação das atas das reuniões dos dias 07/06/2016, 05/07/2016, 06/09/2016, 01/11/2016,**  
17 **06/12/2016 e 07/03/2017.** O presidente da reunião colocou em votação as atas pendentes de  
18 reuniões anteriores, considerando a alteração referente à ata do dia 06/12/2016, sugerida pela  
19 conselheira Thalita Di Bella. As atas foram aprovadas por unanimidade. Ato contínuo, o  
20 presidente sugeriu inversão de pauta, e com o consenso de todos, convidou o servidor José  
21 Aparecido para discorrer sobre o **Relatório de Gestão 2016**. O servidor iniciou sua  
22 apresentação informando sobre os processos realizados para a elaboração do relatório de gestão,  
23 destacando uma dificuldade em relação aos itens que tratam do planejamento organizacional.  
24 Disse que o relatório foi enviado aos conselheiros para avaliação, observando que não teve  
25 muitas dificuldades para a coleta de informações. Agradeceu a todos os servidores que  
26 colaboraram com as informações dadas para a realização do relatório de gestão 2016. Em  
27 seguida, perguntou aos conselheiros se havia alguma consideração a fazer. O conselheiro  
28 Renato Rafael da Silva, relator do relatório de gestão, comentou que no relatório, alguns itens  
29 não estavam na ordem de seus planos de ações. Em seguida, observou que no texto do relatório  
30 encontrou várias vezes a expressão “atrasado”, se referindo a algumas ações, mas não havia o  
31 motivo do atraso. Sugeriu que o motivo do atraso fosse descrito em um tópico específico.  
32 Comentou também sobre lacunas não preenchidas em algumas tabelas. Disse que mandaria a  
33 relação das observações a serem corrigidas ao servidor José para auxiliá-lo nas alterações. Sobre  
34 o quadro que trata da “vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais”,  
35 comentou que tinha apenas a instrução para ser preenchido sobre o assunto. Sugeriu, em  
36 seguida, que constasse no relatório de gestão de 2017 as ações e decisões do Conselho Superior  
37 e do Concam. Continuou suas observações, comentando que tinha dois textos exatamente iguais  
38 em dois tópicos distintos no relatório: no item **4.6.1.5.12** e no item **4.6.1.6**, ambos tratam das  
39 **Visitas aos câmpus**. Outras observações seriam enviadas por e-mail para o apresentador do  
40 tema, disse o conselheiro Renato. O servidor José Aparecido, respondendo sobre o quadro que  
41 deveria ter um texto inserido, disse que se tratava de uma das dificuldades em relação aos itens  
42 que tratam do planejamento organizacional, comentado no início da apresentação, (linhas 24 e  
43 25). O presidente recomendou a todos a leitura das tabelas que o conselheiro Renato tinha feito.  
44 Observou que as tabelas deixavam bem claras a situação de cada ação, inclusive sua descrição,  
45 intenção, o local e sua movimentação. Esclareceu que nos relatórios passados já tinham sido  
46 feitos comentários sobre as mesmas informações que faltam no relatório atual, apontadas pelo  
47 conselheiro Renato, e deu breves explicações sobre alguns dos motivos pelos quais a expressão



48 “atraso” contemplava o relatório. Sobre as ações dos professores, sugeriu a inclusão de  
49 apontamentos no relatório de gestão que permitam demonstrar as dificuldades que impedem a  
50 realização de algumas ações, bem como aquelas que foram realizadas. Comentou em seguida  
51 que o relatório de gestão, apesar do reconhecido esforço e dedicação dos servidores que o  
52 elaboraram, não teve o fechamento ideal, mas que foi o melhor resultado que se pôde apresentar  
53 diante das dificuldades reconhecidas. Afirmou o presidente que se daria a continuidade na  
54 elaboração do relatório, fazendo os ajustes necessários, para que dentro do prazo possa ser  
55 submetido à CGU. Sugeriu depois, a todos os conselheiros, aos atuais e aos anteriores à gestão,  
56 que tivessem alguma sugestão que pudesse contribuir para a conclusão do relatório, ou se  
57 tivesse alguma dúvida sobre ele, que o fizesse através de e-mail para a reitoria. Concluiu que  
58 essa seria uma forma de a reitoria tomar maior conhecimento sobre as possíveis inconsistências  
59 do relatório de gestão. Passada a palavra ao apresentador da matéria, José Aparecido, comentou  
60 ele que, à medida que ia recebendo o material para compor o relatório ele o encaminhava para  
61 a revisão, e sobre as inconsistências dos últimos dois itens que foram discutidos, disse que tinha  
62 os recebidos recentemente, e que por isso, não foi possível fazer as correções a tempo de trazê-  
63 los para a reunião já corrigidos. A respeito do comentário do conselheiro Renato, sobre o item  
64 **4.6.1.6** do relatório, disse que era um texto que pertencia à PRX, e que entendeu que o setor  
65 tinha avaliado a necessidade de montar o texto de acordo com as suas rotinas e processos  
66 habituais, cabendo a ele somente conduzir a parte da correção ortográfica e a organização do  
67 texto. Sobre inserir no relatório de gestão informações do Conselho Superior, sugerido pelo  
68 conselheiro Renato, disse o apresentador que em todos os anos a TCU tem disponibilizado as  
69 informações e a estrutura do relatório de gestão para os órgãos recolherem em meados de  
70 setembro ou outubro. Porém, no ano anterior, devido a mudanças administrativas, a primeira  
71 reunião por vídeo conferência sobre o relatório de gestão só foi realizada em fevereiro desse  
72 ano, mas que, embora não conste no relatório apresentado para os conselheiros, no site da TCU,  
73 o relatório de gestão tem sido alimentado com todas as informações referentes ao Conselho e  
74 aos diretores. Observou ainda que na estrutura do relatório de gestão não há exigências  
75 específicas a respeito do Conselho Superior ou a qualquer área relativa a decisões tomadas pelo  
76 órgão, e que, por se seguir a estrutura estabelecida pelo TCU, as informações do Conselho não  
77 contemplam no relatório. Concluiu que, se fosse consenso do Conselho incluir tais informações,  
78 seria possível fazer referências a elas no próximo relatório de gestão. O conselheiro Filipe pediu  
79 a palavra e comentou ser importante a inclusão das informações relativas ao Conselho Superior  
80 no relatório de gestão, conforme já tinha mencionado o conselheiro Renato, por se tratar de uma  
81 realidade da instituição e de se consolidar a democratização. Outro ponto comentado foi a  
82 respeito do **Quadro 4.1.1.4 – Pró-reitoria de Ensino** - do relatório, no que se refere à “**situação**  
83 **atual - final 2016**” que consta como “**Atrasado (não iniciado)**”. Disse que achou estranho  
84 não haver nenhuma ação apontada no relatório de gestão, em relação ao assunto referente a esse  
85 item, a saber: “**Promover ações de suporte aos cursos presenciais, disponibilizando a**  
86 **plataforma para uso em ações de contenção da evasão e retenção**”, visto que ele já tinha  
87 sido discutido por alguns colegas de Câmpus. Concluiu questionando o apresentador se tinha  
88 algum planejamento no sentido de atualizar ou corrigir essa situação. O servidor **Alexandre**  
89 **Neves, da PRE**, com a palavra, informou que em relação à evasão, confirmou que o calendário  
90 estava em atraso, mas que as atividades da comissão estavam sendo retomadas e que haveria  
91 um acompanhamento, com o objetivo de identificar os elementos que provocam a evasão e  
92 estabelecer políticas de permanência para sua erradicação. O presidente, em seguida, esclareceu  
93 sobre a dificuldade em se identificar detalhes quando se resume uma tabela original para uma  
94 escala menor, à semelhança das tabelas e quadros apresentados no relatório de gestão. Sugeriu

95 ao conselheiro Filipe, que indicasse um tipo de documento que pudesse ser anexado ao relatório  
96 de gestão, que preservasse com maior riqueza os detalhes, mas que esse documento não seria  
97 enviado à CGU. O pró-reitor de ensino, Vitor, esclareceu, em relação à comissão de  
98 permanência e êxito, que no ano de 2016 foi feito um trabalho junto às comissões locais, no  
99 sentido de diagnosticar as causas da evasão, bem como levantar as experiências que tiveram  
100 êxito, dentro de um cronograma de trabalho. Disse que, de acordo com esse cronograma, as  
101 ações programadas para o ano de 2016 foram executadas, mas que as ações para o ano de 2017  
102 são as que se referem ao descrito no relatório de gestão como situação em atraso. Esclareceu  
103 também, que a PRE tinha colocado dessa forma para respeitar o rigor do documento e por achar  
104 que essa seria a maneira mais fidedigna. Sugeriu, em seguida, colocar o plano de contenção de  
105 evasão como anexo ao documento. Passada a palavra ao conselheiro Renato, sugeriu que as  
106 tabelas do relatório de gestão do próximo ano tivessem um link nas situações de inconsistência,  
107 que remetesse ao site da reitora, onde constassem os motivos relacionados às tais pendências.  
108 A conselheira Thalita iniciou comentando que se as informações do TCU só foram passadas  
109 em fevereiro, possivelmente a data de entrega foi reprogramada também. Questionou o servidor  
110 José Aparecido sobre os tipos de informações solicitadas pela TCU, referente aos conselheiros  
111 e diretores da instituição. Depois, observou que o organograma da reitoria não tinha uma  
112 resolução de aprovação do Conselho Superior. Disse ainda que, dada à importância do  
113 Conselho, esse órgão deveria ter a obrigação de aprovar também a estrutura de funcionamento  
114 da reitoria, o que não ocorre desde o ano anterior. Sobre a formação das comissões de colegiado  
115 de câmpus, comentou que as instruções normativas que as regulamentam estão delimitadas às  
116 funções dos pedagogos e dos técnicos de assuntos educacionais. Observou que dentro do quadro  
117 da administração haviam assistentes administrativos com formação em áreas diversas, que  
118 poderiam ser consideradas como aptas a fazer parte das comissões, evitando sobrecarregar os  
119 servidores das comissões atuais. Sobre o prazo da data de entrega do relatório, José Aparecido  
120 esclareceu que a data foi estabelecida pelo TCU e divulgada a todos os órgãos como o dia trinta  
121 e um de março. Disse que, embora esperasse que a TCU prorrogasse esse prazo, isso não  
122 aconteceu. Observou que, como a entrega do relatório de gestão ficou relacionada aos  
123 indicadores acadêmicos, foi pedida a prorrogação do prazo, que foi concedida para o dia dois  
124 de maio de 2017. Em seguida, sobre o trâmite do relatório de gestão, esclareceu que o relatório  
125 é apreciado pelo Conselho Superior, são feitas as correções e alterações sugeridas e decididas  
126 em consenso e submetidas ao site da TCU. Depois disso, disse que os auditores analisam os  
127 relatórios de gestão de cada órgão, onde verificada a necessidade de ajustes, o documento é  
128 reenviado ao órgão, por e-mail ou por ofício, para as necessárias correções. Informou também,  
129 que o relatório de gestão só poderá ser publicado após ter tramitado por todas as avaliações e  
130 autorizações do TCU. Sobre as informações dos diretores e conselheiros, solicitadas pelo TCU,  
131 disse que no novo sistema para o envio dos relatórios de gestão há uma tela específica onde são  
132 incluídos todos os responsáveis do órgão relacionado ao relatório, entre eles: o reitor, os pró-  
133 reitores e os membros do conselho superior, bem como informações cadastrais e funcionais  
134 fornecidas pelo setor de recursos humanos da instituição. Além disso, há também um campo  
135 específico onde são inseridas as declarações de autenticidade dos documentos apresentados  
136 pelos responsáveis. Concluiu informando que, futuramente, cada setor do IFSP terá dois  
137 servidores responsáveis para enviar diretamente ao TCU o material relacionado a suas áreas,  
138 mantendo-se outros servidores para a realização do término do relatório. O presidente da  
139 reunião, a respeito de se aproveitar servidores de outras áreas de formação para compor as  
140 comissões, esclareceu que a reitoria expede sempre de forma sistêmica, e que as discussões  
141 sobre ensino acabam se dirigindo naturalmente para o setor de sócio pedagogia, mas disse que



142 concordava que outros servidores pudessem ser aproveitados para compor essas comissões. O  
143 pró-reitor Vitor observou que todos os servidores são chamados, independentemente de suas  
144 formações, a participarem dessa discussão. Esclareceu que, os pedagogos e o técnicos em  
145 assuntos educacionais são mais solicitados porque tem documentos que carecem de pareceres,  
146 e que seriam esses profissionais, nessa situação, que poderiam assiná-los, tratando-se, portanto,  
147 de questão legal. O presidente comentou que a TI do IFSP já está providenciando para que o  
148 sistema Suap tenha conexão com o sistema da TCU. Posto em regime de votação, o relatório  
149 de gestão de 2016 foi aprovado com 15 (quinze) votos a favor. O presidente sugeriu fazer uma  
150 inversão de pauta, e com a anuência de todos os conselheiros, passou a palavra ao conselheiro  
151 Marcio Andrey para apresentar o tema: **Dilação de prazo para a implantação efetiva do novo**  
152 **organograma**, esclarecendo que essa era uma demanda de todos os câmpus. O conselheiro  
153 Marcio iniciou informando sobre a reunião que tinha acontecido na semana anterior, onde foi  
154 discutido o tema em questão, dizendo que o prazo final para a implantação do organograma  
155 seria no dia cinco de abril, um ano após ter sido aprovado. Informou em seguida que entre os  
156 vinte e cinco câmpus, excluindo-se os Câmpus São Paulo, Cubatão, Barretos e Sertãozinho,  
157 dezesseis conseguiram fazer a implantação e nove ainda estão por concluir. Concluiu  
158 esclarecendo que o pedido de dilação de prazo, que era uma demanda do colégio de dirigentes,  
159 seria para que os câmpus, ainda em processo de conclusão da implantação, pudessem fazer os  
160 ajustes necessários e finalizá-lo até o dia trinta de julho. O conselheiro Filipe comentou ser justa  
161 a demanda, mas que era preciso lembrar que muitos câmpus cumpriram o prazo. Observou que,  
162 mesmo depois de revista e debatida pelo conselho, a resolução que aprovou o prazo de  
163 implantação do organograma ainda precisaria de adequações. Sugeriu que essas adequações  
164 também fossem realizadas durante o período da dilação até trinta de julho. A conselheira  
165 Thalita, ao observar que o dia seguinte à reunião, dia cinco de abril, seria o prazo final para que  
166 os Câmpus Cubatão, Barretos e Sertãozinho tivessem um grupo de trabalho que tratasse das  
167 questões diferenciais desses câmpus, questionou sobre quem estaria à frente desse grupo de  
168 trabalho. O conselheiro Marcio confirmou que esses câmpus ficaram de formar um grupo de  
169 trabalho. Esclareceu que na reunião, um ano atrás, ficou decidido que esses câmpus deveriam  
170 se organizar e começar a trabalhar em suas minutas do regimento, mas disse que não tinha  
171 conhecimento do andamento desses grupos. O conselheiro Renato questionou sobre a  
172 possibilidade de o Conselho ser um meio de flexibilização dos organogramas dos câmpus. O  
173 apresentador Marcio sugeriu essa possível flexibilização como sugestão a ser discutida pelo  
174 grupo trabalho que se formaria no período da dilação de prazo proposta. Enfatizou a  
175 necessidade de, inicialmente, formar o grupo de trabalho que irá propor as modificações na  
176 resolução e apresentá-las no Conselho para serem avaliadas. O presidente esclareceu que a  
177 reitoria terá que discutir a questão dos grupos de trabalho junto aos três câmpus citados. Disse  
178 que a discussão sobre o organograma dos câmpus Cubatão, Barretos e Sertãozinho foi  
179 postergada porque os câmpus considerados como “padrão” finalizaram seus organogramas no  
180 prazo. Sugeriu que os três câmpus mencionados comesçassem seus debates, principalmente com  
181 a reitoria, por conta que o organograma implica cargos e funções conjuntas, mas que nada  
182 impediria de que os próprios câmpus aprofundassem seus debates internamente. Finalizando,  
183 fica registrada nesta ata a pauta com os diretores dos Câmpus Cubatão, Barretos e Sertãozinho.  
184 A conselheira Thalita observou que, embora ela concordasse com o conselheiro Marcio, que os  
185 conselhos de câmpus fossem os locais naturais dessa discussão, eles não têm a prerrogativa,  
186 prevista em regimento, para deliberar sobre a estrutura dos organogramas dos câmpus, sendo o  
187 Conselho Superior o local correto para essa deliberação. Após breves comentários  
188 complementares, o presidente colocou em regime de votação a **dilação do prazo para trinta**

189 **de julho para a implantação efetiva do novo organograma** para os câmpus que ainda não o  
190 finalizaram, excetuando-se os câmpus de São Paulo, Cubatão, Barretos e Sertãozinho. O  
191 encaminhamento foi aprovado com 13 (treze) votos a favor e duas abstenções. Dando  
192 seguimento à reunião, o presidente informou o próximo item da pauta, a saber:  
193 **Implantação/reformulação de cursos**, e passou a palavra ao relator Renato Rafael da Silva,  
194 para apresentar a relatoria sobre a Implantação do curso Técnico em Informática na forma  
195 integrada ao Ensino Médio, do Câmpus Jacareí. Iniciou informando dados técnicos sobre o  
196 curso, enfatizando ser excessivamente alta a sua carga horária de três mil e oitocentas horas  
197 para um curso técnico. Comentou também sobre a discussão que tem acontecido em alguns  
198 câmpus, a respeito das três mil e duzentas horas de carga horária para o professor cumprir,  
199 estabelecida pelo MEC. Observou em seguida, que a indefinição na reforma do ensino médio  
200 irá acarretar uma inevitável reavaliação dos cursos integrados que estão sendo aprovados  
201 atualmente. Enfatizou que o curso em questão é importante para o Câmpus de Jacareí e atende  
202 favoravelmente aos aspectos socioeconômicos da região. Falou em seguida sobre as  
203 informações equivocadas da tabela de impacto, destacando, além de outros aspectos, que não  
204 estava previsto um curso de licenciatura até 2020. Concluiu dizendo que no curso em si não  
205 tinha nada que o desmerecesse e que era favorável que se o referendasse. O presidente colocou  
206 a relatoria em regime de votação. Foi aprovada com 14 (quatorze) votos a favor e uma  
207 abstenção. Em seguida, passou a palavra à conselheira Thalita Di Bella para apresentar o  
208 próximo curso a ser referendado: **Reformulação do Curso Técnico em Eletroeletrônica nas**  
209 **formas concomitante ou subsequente ao Ensino Médio do Câmpus Hortolândia**. Observou  
210 a conselheira, a respeito do curso, que se tratava de uma reformulação. Disse também, que no  
211 material enviado para a análise do curso só constavam o PPC e a estrutura das disciplinas, o  
212 que dificultou a identificação do que tinha sido reformulado. Falou, em seguida, que tentou  
213 entrar em contato com o Câmpus, a fim de colher mais informações sobre o que tinha sido  
214 reformulado no curso, mas não teve sucesso. Concluiu se manifestando favorável à  
215 reformulação feita, deixando registrado que a análise ficou comprometida pela falta de  
216 informações. Ato contínuo, o presidente da reunião colocou a **Reformulação do Curso**  
217 **Técnico em Eletroeletrônica nas formas concomitante ou subsequente ao Ensino Médio**  
218 **do Câmpus Hortolândia** em votação e obteve a aprovação com quatorze votos a favor e uma  
219 abstenção. Em seguida, convidou a relatora do item seguinte, a conselheira **Andrea Cristiane**  
220 **Sanches**, para fazer a explanação sobre a **Reformulação do Curso Técnico em**  
221 **Administração Integrado ao Ensino Médio do Câmpus São Roque**. Iniciou observando que,  
222 na página vinte e quatro do PPC constava uma referência à legislação Confea/Crea. Sugeriu  
223 suprimir essa referência, visto que essa legislação só é aplicável aos cursos de engenharia e  
224 agronomia. Concluiu manifestando-se favorável à reformulação do curso com as alterações  
225 sugeridas. Na sequência, o presidente colocou em regime de votação. A Reformulação do Curso  
226 Técnico em Eletroeletrônica nas formas concomitante ou subsequente ao Ensino Médio do  
227 Câmpus Hortolândia foi aprovada com quatorze votos a favor e uma abstenção. Alexandre  
228 Chahad, convidado a expor sua relatoria sobre a **Reformulação do Curso Técnico em**  
229 **Alimentos Integrado ao Ensino Médio do Câmpus São Roque**, comentou que o curso, após  
230 a reformulação, teve a carga horária reduzida, tornando-se mais adequado a sua proposta.  
231 Elogiou o resultado final do curso e concluiu dizendo que aprovava a reformulação. Posto em  
232 regime de votação pelo presidente da reunião, o curso foi aprovado com quatorze votos a favor  
233 e uma abstenção. Novamente chamado a apresentar sua relatoria, agora sobre a **Reformulação**  
234 **do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio do Campus Birigui**,  
235 Alexandre Chahad iniciou sua fala informando que não tinha conseguido muitas informações

236 sobre o curso. Disse que não teve acesso à grade anterior para que pudesse analisar, por  
237 comparação, os pontos que foram reformulados. Comentou que o curso atende à legislação e  
238 que não poderia mais informar nada a respeito, manifestando-se favorável à sua aprovação.  
239 Sugeriu que, para os próximos casos semelhantes, fosse enviada junto ao material para a análise  
240 do curso a grade anterior à reformulação. Depois de colocado em regime de votação, o curso foi  
241 aprovado com treze votos a favor e duas abstenções. O presidente informou sobre o próximo  
242 curso a ser referendado, a saber: **Implantação do Técnico em Administração Integrado ao**  
243 **Ensino Médio do Câmpus Pirituba**, e passou a palavra à relatora Andrea Cristiane Sanches,  
244 que iniciou sua fala dizendo que não tinha nenhuma ressalva a ser feita, exceto um equívoco  
245 quanto ao uso correto da palavra “noroeste” na página doze. Disse que aprovava a implantação  
246 do curso. Posto em regime de votação, o curso foi aprovado com treze votos a favor e duas  
247 abstenções. Sobre o item seguinte da pauta, sobre a aprovação da reformulação dos cursos  
248 superiores, com a anuência de todos os relatores e membros do conselho, decidiu-se pela  
249 aprovação em bloco. A reformulação dos cursos superiores em Licenciatura em Matemática do  
250 Câmpus Araraquara, Licenciatura em Ciências Biológicas do Câmpus Barretos, Licenciatura  
251 em Física do Câmpus Itapetininga e em Licenciatura em Química do Câmpus Sertãozinho, com  
252 as possíveis adequações a serem feitas foi aprovada com quatorze votos a favor e uma  
253 abstenção. Sobre o próximo item da pauta, **Reformulação do curso de Tecnologia em**  
254 **Viticultura e Enologia do Câmpus São Roque**, o relator da matéria Daniel Lobato pontuou  
255 algumas considerações. Observou sobre a distribuição de vagas, a ausência de um relatório  
256 justificando o motivo de não haver os vinte por cento de vagas em licenciatura, bem como a  
257 previsão para atingir essa meta. Sobre a estimativa de aulas, disse que o curso aponta vinte aulas  
258 para docentes, enquanto que a resolução em vigor determina até dezesseis aulas, a critério do  
259 docente, montante que o câmpus tem condições de atender, para manter o curso com o seu  
260 corpo docente até 2022, conforme a tabela. Disse que os objetivos gerais e específicos e a  
261 justificativa para o curso eram bem adequados ao perfil do egresso e à realidade regional.  
262 Concluiu manifestando-se favorável à aprovação do curso, desde que atendidas às alterações  
263 sugeridas, e pediu também, que nos casos de reformulação de curso, fosse enviada a  
264 documentação anterior para os relatores, para que se possam analisar, por comparação, os  
265 pontos alterados. O presidente, com a palavra, reforçou o pedido do relator Daniel Lobato com  
266 o pró-reitor da PRE, pedindo para que se tornasse esse um procedimento padrão. Posto em  
267 regime de votação, o curso foi aprovado com quatorze votos a favor e uma abstenção.  
268 Continuou o presidente, passando a palavra ao conselheiro Marcio Andrey, para apresentar sua  
269 relatoria sobre a Implantação do curso de **Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica**  
270 **de Tecnologia da Informação – Câmpus Boituva**. Pontuou o relator sobre um equívoco na  
271 soma da carga horária, que ao invés de 440 (quatrocentos e quarenta) horas seria de 450  
272 (quatrocentos e cinquenta) horas. Observou também, que o número correto de aulas semanais  
273 de engenharia de software são quatro e não dois, como constam na grade. Concluiu se  
274 manifestando favorável à aprovação, com as retificações sugeridas. Posto em votação, foi  
275 aprovado com treze votos a favor e duas abstenções. Ato contínuo, o presidente passou a palavra  
276 à servidora Marta para ler a carta distribuída aos conselheiros durante a reunião, sobre o "Direito  
277 de resposta" à carta aberta apresentada pelos professores de Espanhol ao Consup na reunião  
278 anterior. Ao término da leitura, o presidente passou a palavra à conselheira Andrea Sanches,  
279 para tecer suas considerações sobre o tópico **“Extinção do Curso Superior de Tecnologia em**  
280 **Eletrônica Industrial do Câmpus São João de Boa Vista”**. A relatora iniciou sua fala  
281 elogiando a relatoria do conselho de ensino. Disse que o processo estava muito bem instruído  
282 e organizado, e que seguia toda as exigências preconizadas na resolução 143 (cento e quarenta

283 e três), concluindo em seguida, que era favorável ao processo. Posto em regime de votação, a  
284 extinção do curso superior de tecnologia em eletrônica industrial do Câmpus São João de Boa  
285 Vista foi aprovada com quatorze votos a favor e uma abstenção. **ENCERRAMENTO:** Não  
286 havendo mais o que tratar, o presidente da reunião agradeceu a presença de todos e encerrou a  
287 2ª Reunião Ordinária do Conselho Superior. Eu, Fernando Costa Klauk, que lavrei a presente  
288 Ata, *certifico e dou fé que ela foi aprovada pelos membros deste Conselho*, e vai assinada por  
289 mim, pelo secretário dos colegiados Ari Gomes da Mota Filho e pelo presidente.

290	Nome	Assinatura	Rubrica
291			
292	Eduardo Antonio Modena		
293	Fernando Costa Klauk		
294	Ari Gomes da Mota Filho	